

LIVROS POLÍTICOS



29.6.78

PARA A HISTÓRIA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS*

Por MELO ANTUNES

NÃO será, certamente, uma só obra que esgotará a história do colonialismo português e de resistência que lhe foi oposta pelos povos submetidos à dominação colonial portuguesa.

História riquíssima, sem dúvida, ultrapassando largamente o quadro nacional português.

História longa de um povo, das suas grandezas e misérias, dos seus excelentes feitos políticos e militares e das decepçantes fraquezas, dos seus arrebatados impulsos criadores e das suas humilhantes baixezas, da sua natureza inteligente e rebelde, ardente e generosa que ilustres exemplos produziu de grandes governantes e organizadores, humanistas e homens de letras, e muitos mais de traficantes e piratas sem escrúpulos, exploradores empedernidos e pequenos aventureiros manhosos e calculistas fazendo e perdendo fortunas um pouco por toda a parte onde chegaram as lusitanas expedições. História que merecia ser relida sem lendas exorbitantes, sem mitos escaldantes, mas também sem os «sentimentos de culpa» que certos sectarismos ideológicos, fundando uma estreita e monolítica hermenêutica da história, provocaram, em tempos recentes, na cultura portuguesa. História a reler pela mão de Fernão Pinto, o da «Peregrinação», e pela do P.^o António Vieira, o dos «Sermões»; a dos arquivos virgens da Torre do Tombo e dos que jazem, incólumes, na velha Goa.

Isto no que respeita ao passado, um pouco longínquo é certo, mas em todo o caso um passado sem o qual o passado próximo não seria compreendido. E sobretudo um passado sem o qual uma «história geral do colonialismo português» não teria sentido.

Passado que envolve portugueses e povos das sete partes do mundo — as «muitas e desvairadas gentes» que foram entrando na «área mundial» à medida que mais longe, a partir deste extremo ocidental da Europa, lançavam ferro as barcas pejadas de fidalgos arruinados, missionários consumidos pela febre evangelizadora, camponeses arrebanhados aos feudos já em decomposição, arraia-miúda de Lisboa, Porto e poucas mais cidades a quem brilhava o olho de cobiça à vista de uma burguesia enriquecida, ou em vias disso, à custa do comércio das Índias, poetas sem eira nem beira (um deles, por sinal, ao cabo de muitas deambulações aventureiras, regressa à pátria com um velho e sujo manuscrito que muito haveria que dar que falar...), vadios e mendigos lazarentos, salteadores de caminhos e espadachins rufiões caídos em desgraça.

O que é certo é que, com ou sem sentido épico da his-

tória dos descobrimentos e da expansão portuguesa, é a essa história que se deve, tal como foi feita, a entrada na área mundial das «estranhas gentes» que o europeu desconfiado, rude e ambicioso ia encontrando pelas costas de África, nas Américas, por todo o extenso e insondável Oriente. E é também, em grande medida, essa entrada na área mundial que abre as portas ao movimento de ideias — movimento político, social, cultural, científico e técnico — e às transformações materiais — com o início do processo que mais tarde se chamaria de «modo capitalista de produção», contrapondo-se violentamente aos sistemas económicos predominantes na idade média — que na Europa lançam o novo impulso de civilização que ficou conhecido com o nome de Renascença. Quero aqui dizer com isto que a história do mundo moderno, começando com a introdução de um novo sistema de relações de produção e a correspondente ascensão de novas classes emergindo da nebulosa medieval e assistindo à eclosão de novas concepções do mundo e do homem e ao desabrochar de novas ideias sobre a forma de organização da sociedade, é também a história do colonialismo. Noutros termos: o colonialismo, sendo uma história a dois, de quem coloniza e de quem é colonizado, inicia um ciclo novo na história da humanidade. A dialéctica quem conhece e quem é conhecido, quem domina e quem é dominado, quem oprime e quem é oprimido, quem explora e quem é explorado, ultrapassa as fronteiras do continente europeu, mundializa-se, produzindo em poucas décadas transformações mais profundas, no sistema das relações materiais e na consciência dos homens, que séculos de «desenvolvimento» endógeno. E, enquanto para os povos europeus se inicia, no plano político, um processo relativamente rápido de definição de nacionalidades e se constituem os primeiros estados modernos (acompanhando o movimento irresistível e irreversível dos novos valores de civilização e cultura trazidos pela grande vaga de fundo das mudanças económicas, sociais e culturais da «revolução renascentista»), para os povos sujeitos da «descoberta», quer dizer submetidos ao «conhecimento» e, portanto, na lógica do processo histórico, submetidos à «dominação» e, finalmente, à «opressão» e «exploração», começa um longo, penoso, dramático processo emancipador, marcado por inenarráveis sofrimentos e sacrifícios sem conta e que foi plasmando, com o rodar dos tempos, os movimentos de libertação nacional que tão profundamente alteraram o mundo contemporâneo. É interessante referir, a este propósito, que foram precisamente os países europeus que estiveram na

LIVROS POLÍTICOS

(Continuação das pág. centrais)

origem de grandes impérios coloniais os que em primeiro lugar se constituíram em sólidos estados unitários, com o poder político fortemente centralizado. Bastará lembrar os casos de Portugal, Espanha, França e Inglaterra, os mais velhos estados europeus (na acepção moderna do termo), em oposição à Alemanha e Itália, por exemplo, cuja constituição em estados unitários é relativamente recente, para já não falar na maior parte dos países da Europa Central e do Norte cujas fronteiras actuais foram definidas em tempos bem recentes. Significa isto, em meu entender, pelo menos que as condições que permitiram a formação de estados unitários andaram a par dos movimentos de expansão colonial. Por outras palavras: foi a experiência colonial, com tudo o que essa experiência trouxe de novo consigo (no plano económico, social, cultural, técnico e científico) que permitiu o florescimento de condições políticas propícias à formação dos «estados modernos» europeus, fortemente centralizados e com um alto grau de organização e de agregação social, única forma de levar por diante arrojadas empresas a longa distância. E também é certo que o capitalismo, a fermentar desde que as primeiras operações marítimas de comércio a longa distância foram realizadas, enquanto modelo de organização económica que, rompendo finalmente com as formas tradicionais de produção e de troca, instaura regras radicalmente novas no sistema predominante das relações sociais (correspondendo a transformações essenciais na estrutura da sociedade antiga e levando a uma ordem qualitativamente nova: a «ordem» das novas classes dominantes), só é historicamente possível com a conquista de fontes de matérias-primas, o alargamento dos mercados, a divisão internacional do trabalho.

É conhecida a tese de que Portugal não foi o país que mais beneficiou com a aventura colonial. Não foi, efectivamente, em Portugal, primeiro país «descobridor» que se deu a revolução industrial e, sim, na Inglaterra, país que desenvolveu de forma mais sistemática e coerente, do ponto de vista dos interesses da sua própria burguesia nacional, a exploração das colónias. Não cabe aqui referir as causas do «atraso português» — ou, se se preferir, as causas da diferente natureza do colonialismo português — relativamente aos restantes países colonialistas. Os factos são incontroversos. Nunca em Portugal se desenvolveu uma burguesia nacional tão forte como em Inglaterra, França, ou Holanda, por exemplo. E se tal aconteceu foi, em parte, porque, a partir de certo momento do processo histórico português, a burguesia comercial e uma incipiente burguesia financeira se contentaram quase exclusivamente com o papel de «intermediários» de interesses estrangeiros vivendo na dependência dos grandes centros financeiros, comerciais e industriais europeus, incapaz de deitar mão dos recursos coloniais que haviam enriquecido outros países. Em outros termos: a «acumulação primitiva» que nos principais países da Europa chegados à era da industrialização havia sido feita à custa da exploração colonial e do comércio marítimo a longa distância (a par da exploração intensiva do proletariado e de camadas cada vez mais largas de outras classes sociais — camponeses e pequeno-burgueses — que se iam proletarizando) não se deu em Portugal colocando-se a burguesia nacional em estado de crónica dependência e subalternização em relação às burguesias «avançadas» da Europa.

Estas diferenças qualitativas no «modo de exploração colonial» tiveram importância determinante na forma como se processou a tomada de consciência dos diferentes povos submetidos ao colonialismo e no ritmo do aparecimento dos respectivos movimentos de libertação. A questão nacional — e as lutas políticas ou armadas dela decorrentes — conduziu à autodeterminação e independência, em primeiro lugar, povos submetidos à dominação inglesa, holandesa, francesa ou belga. Portugal, com efeito, chega bastante tarde à «pilhagem colonial». Pode dizer-se que é já só neste século e, pelo menos de forma relativamente organizada, só em pleno fascismo é que um certo número de grupos económicos portugueses se lançam na exploração sistemática dos territórios coloniais (na esteira, de resto, da exploração já iniciada antes por grupos estrangeiros nas colónias portuguesas). É certo que durante alguns séculos foi possível a Portugal viver na modorra da indiferença, no estagnante clima de quase completa paralisia de actividades produtivas, porque imensos recursos lhe vinham das colónias. Isto é verdade, porém, relativamente às possessões da Índia e, sobretudo, ao Brasil. Depois de um período inicial caracterizado pelo comércio do litoral e, mais tarde, pelo tráfico de escravos que veio a constituir um dos «segredos» da fabulosa expansão no Brasil (para só falar no caso português), as colónias africanas atraem bastante tarde Portugal. Esta, creio eu, uma das causas explicativas do relativo «atraso» com que se iniciaram nas antigas colónias portuguesas de África «movimentos armados de libertação nacional».

Seja como for, a hora da luta pela emancipação dos povos submetidos ao colonialismo português havia de chegar, inevitavelmente. Na década de 60 (poucos anos após o fim da 2.ª Guerra Mundial e do começo das descolonizações em cadeia que desmembraram o velho e orgulhoso império britânico e levaram à independência a maioria das colónias francesas) surgem em plena acção os movimentos de libertação que em Angola, Moçambique e Guiné haveriam de desencadear as «guerras de libertação» que viriam a abalar de modo profundo e fatal o sistema político português no seu todo, quer dizer, o «sistema colonial-fascista». Entretanto, não se pode ignorar, hoje, um facto que foi determinante na eclosão das «guerras coloniais»: Salazar e seus discípulos, herdeiros e seguidores, sempre se recusaram, com obstinada cegueira política, discutir com a inteligência das colónias as condições da sua emancipação. A única resposta dada àqueles que ensaiaram formas de diálogo com o salazarismo (enveredando por formas políticas de luta anticolonial em face da empedernida e intolerante recusa do regime em compreender a história, antes de iniciarem a luta armada) foi a polícia política, as prisões, os campos de concentração, a tortura, tantas vezes a morte. Homens da estatura de um Eduardo Mondlane, de um Amílcar Cabral, de um Agostinho Neto, não recebem outras respostas senão as que o poder conhecia e aplicava a todos os resistentes antifascistas. Por isso, ou em grande parte por isso, a luta anticolonial esteve em Portugal estreitamente associada, à partida, à luta antifascista. A partir do momento em que se tornou evidente a incapacidade de Portugal (ou melhor, do fascismo português) compreender o movimento irreversível da história contemporânea e de aceitar, com naturalidade e orgulho, a independência das suas colónias (juntando-se, como lhe teria competido se tivesse sabido interpretar correctamente as lições do seu

próprio passado, ao universal clamor de liberdade e justiça para todos os «danados da terra») — a partir desse momento era inevitável o eclodir da luta armada, desencadeada por movimentos revolucionários que colocavam, desde logo, a «questão nacional» e, portanto, o problema da independência, estreitamente ligado ao problema da «luta anti-imperialista» (o que envolvia a questão do modelo de sociedade futura ou, mais claramente, a questão da construção do socialismo em países chegados à independência depois de séculos de colonialismo e ao fim de lutas armadas prolongadas — questão de grande importância e actualidade mas que não é minha intenção fazer caber nos limites deste curto prefácio).

Assim, pois, lutar contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo foi uma e a mesma luta para os revolucionários das ex-colónias portuguesas. Como em Portugal, a partir de um certo estágio de desenvolvimento das guerras coloniais e correspondendo a um certo nível de compreensão da natureza complexa e contraditória do sistema colonial-fascista, lutar contra o fascismo e contra o colonialismo foi uma e a mesma luta para os mais lúcidos e consequentes dos opositores ao regime.

A obra de E. Wallerstein e Aquino de Bragança, não sendo exaustiva, contém elementos importantes para o conhecimento e compreensão da génese e desenvolvimento dos movimentos de libertação e dá um contributo considerável à história da resistência ao colonialismo português e à história das independências dos «novos países de expressão portuguesa» — Guiné e Cabo Verde, S. Tomé, Angola, Moçambique —, independências tão duramente conquistadas após longas guerras de libertação nacional só terminadas em 1974, após a Revolução de 25 de Abril, em Portugal. É por isso que o «25 de Abril», para além de tudo o que representa para os portugueses, não pode deixar de ser considerado a data histórica que abraça no mesmo amplexo libertador o povo português e os povos das ex-colónias e os torna para sempre ligados por laços de indestrutível amizade e fraterna comunhão de ideais na construção de um mundo mais justo e mais livre.

Lisboa, Abril de 1978.

MELO ANTUNES

* Prefácio à obra «Quem é o Inimigo?» de Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein, editada em três volumes por Iniciativas Editoriais; título do texto da responsabilidade da Redacção.